

Fundamentos do Empirismo: os limites do conhecimento no *Essay* *Concerning Human Understanding* de Locke

Fernanda C. Cardoso³⁹

Resumo

Locke, que é amplamente reconhecido como o pioneiro do empirismo, investiga, em seu *Essay Concerning Human Understanding*, a origem, a natureza e os limites do conhecimento humano. Ele chega à derradeira conclusão de que no mais das vezes o que julgamos conhecer não passa de crença provável. Não obstante, enquanto um entusiasta da filosofia natural então emergente, ele contorna o ceticismo com uma solução pragmática e recomenda que sigamos investindo na busca por conhecimento. Nesse cenário, o objetivo deste artigo é expor os argumentos de Locke quanto aos limites do conhecimento humano e indicar como ele lida com a desanimadora conclusão de que nosso conhecimento é extremamente limitado.

Palavras-chave: Filosofia Natural. História da Filosofia. Epistemologia Lockeana. História do Empirismo. Revolução Científica.

Abstract

Locke, who is widely recognized as the pioneer of empiricism, investigates in his *Essay Concerning Human Understanding* the origin, nature, and limits of human knowledge. He reaches the ultimate conclusion that most of what we believe to know is merely probable belief. Nevertheless, as an enthusiast of the then-emerging natural philosophy, he navigates around skepticism with a pragmatic solution and recommends that we continue investing in the pursuit of knowledge. In this context, this paper aims to present Locke's arguments regarding the limits of human knowledge and to indicate how he deals with the discouraging conclusion that our knowledge is extremely limited.

Keywords: Natural Philosophy. History of Philosophy. Lockean Epistemology. Empiricism History. Scientific Revolution.

1. Introdução

John Locke, que é considerado por muitos o pai do empirismo, investiga, em seu *Essay Concerning Human Understanding* (abreviadamente, *Essay*)⁴⁰, a origem, a natureza e os limites do conhecimento humano. De fato, embora muitos filósofos antes dele tenham se engajado numa investigação empiricamente inspirada sobre a cognição, como Aristóteles, foi ele o primeiro a estabelecer os princípios pelos quais fazemos isso de maneira sistemática. Na sua investigação, Locke chega à conclusão de que o conhecimento humano é extremamente limitado, e que, na verdade, a maioria das teses que julgamos conhecer não passam de mera *crença provável*, pois o conhecimento adquirido por meio da experiência, por mais provável que seja, nunca é conhecimento certo e universal. Desse modo, Locke deu o pontapé inicial

³⁹ Mestranda em Filosofia na Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. E-mail: f234369@dac.unicamp.br
Lattes: 1170827695089036.

⁴⁰ Neste artigo, usarei a edição erudita de Nidditch (1975) e referenciarei as passagens citadas do seguinte modo: *Essay* [livro] [capítulo] [parágrafo].

para uma rica tradição filosófica que segue florescendo até hoje, tanto na filosofia quanto nas ciências: o empirismo.

Nesse cenário, meu objetivo é fazer uma breve exposição sobre como Locke chega à conclusão de que o conhecimento humano é extremamente limitado, e então indicar como ele lida com essa desanimadora conclusão. Adianto que Locke, como um bom admirador da filosofia natural que estava em pleno desenvolvimento à época, não se deixa levar ao ceticismo, e que, em vez disso, nos aconselha, de maneira sensata e ponderada, a seguir investindo no conhecimento. Apesar das nossas limitações, o conhecimento que dispomos serve a todos os nossos propósitos – como uma vela na escuridão, que não ilumina todos os arredores, mas nos auxilia a não tropeçar nos nossos próprios pés.

Para alcançar meu objetivo, meu percurso tem quatro etapas. Primeiro, introduzo o conceito fundamental de sua epistemologia: o de *ideia*, e distingo entre ideias simples e complexas, de sensação e de reflexão, e os tipos de conhecimento possíveis a partir da combinação dessas ideias. Então, exploro os conceitos de *modos* e *substâncias*, elucidando sua relação com a definição de conhecimento previamente apresentada. Na terceira etapa, analiso as *qualidades primárias* e *secundárias* dos corpos, conforme a hipótese corpuscular adotada por Locke, e sua relação com as substâncias. Finalmente, apresento a conclusão de Locke sobre os limites do conhecimento humano e seu posicionamento frente a essa conclusão.

2. Os “materiais” de nosso pensamento e conhecimento

Para Locke, a mente é como uma folha de papel em branco a ser preenchida com conhecimento por meio da experiência.⁴¹ Como ele alertou no começo do primeiro capítulo do livro II, Locke apelaria, na fundamentação de toda sua epistemologia, “à percepção e à experiência de cada um” (II i 1) para explicar a origem das ideias, que são “tudo o que constitui o objeto do entendimento quando um ser humano pensa” (I i 8). O conceito de *ideia* é o mais proeminente de todo o *Essay* e se refere às percepções, pensamentos ou compreensões que imediatamente aparecem na nossa mente, de modo que poderíamos chamá-lo, numa

⁴¹ Em *Essay* I ii, Locke analisa e refuta a tese de que há conhecimentos inatos em favor de uma concepção empirista do conhecimento, segundo a qual todo conhecimento provém da experiência. O mais importante deles é o argumento do *assentimento universal* (segundo o qual ‘há princípios naturalmente impressos nas nossas mentes porque todos concordam sobre a verdade desses princípios’). Em resumo, a crítica de Locke consiste em dizer que o argumento é inválido e irrelevante, pois mesmo se fosse verdade que existem certas verdades aceitas por todos, isso não significa necessariamente que elas sejam inatas; e não é verdade que existem certas verdades universalmente aceitas, o que torna o argumento irrelevante. Então, Locke conclui que todos os conhecimentos devem ser adquiridos pela experiência.

extrapolação didática, de ‘fenômeno’, pois esse termo tradicionalmente se refere à experiência imediata, ou seja, àquilo que inevitavelmente aparece para o sujeito⁴². Na sua epistemologia, todo o nosso conhecimento tem origem empírica porque todas as nossas ideias, que são “o objeto do pensamento” (II i 1) e “os materiais de todo nosso conhecimento” (II ii 2), derivam, em última instância, da experiência — seja essa experiência de *sensação* ou de *reflexão*, as duas únicas fontes de *ideias simples* (cf. II i 1-2). Vejamos esses elementos com mais detalhes.

O conceito de ‘sensação’ refere-se à nossa percepção de objetos externos por meio de nossos sentidos, enquanto o de ‘reflexão’ refere-se à nossa consciência de nossos próprios processos mentais. A sensação ocorre quando os sentidos se engajam com os objetos sensíveis do mundo externo, o que produz ideias sobre qualidades sensíveis (como cor e calor), e a reflexão, por outro lado, ocorre quando a mente se volta para suas próprias operações internas (como perceber e raciocinar) que também produzem ideias. De acordo com Locke (cf. *Essay* II i 3-4), cor (amarelo, verde, azul...) e calor (quente, frio, morno...) são dois exemplos de ideias de sensação. Esse tipo de ideia, que caracteriza qualidades sensíveis, é totalmente dependente dos sentidos. Por outro lado, além da percepção dos objetos externos, a experiência também nos fornece ideias através da percepção das operações de nossas próprias mentes. Essas operações internas, cujas representações são obtidas através da reflexão, proporcionam outro conjunto de ideias que não podem ser obtidas pela sensação, apenas pela introspecção reflexiva, um exercício do que Locke chama de ‘senso interno’. Percepção e raciocínio são dois exemplos de ideias de reflexão (cf. *Essay* I ii 4).

No entanto, nem todas as nossas ideias provêm *diretamente* da sensação ou da reflexão. De acordo com Locke (*Essay* II ii 2), as idéias porventura são simples, e nesse caso provêm diretamente da sensação ou da reflexão, ou são ideias complexas, e nesse caso são compostas de ideias simples: “essas Ideias Simples, os Materiais de todo o nosso Conhecimento, são sugeridas e fornecidas à Mente apenas por esses dois meios acima mencionados, a saber: Sensação e Reflexão.” A respeito das ideias simples, que são os materiais básicos de todo nosso conhecimento, a mente é principalmente passiva, pois não pode criá-las nem destruí-las. Por isso, não podemos “desver” uma cor, por assim dizer, tampouco podemos formar a ideia de uma cor que nunca tenhamos visto. Além disso, as ideias simples não podem ser descritas nem definidas, pois são desprovidas de partes e possuem uma “aparência uniforme na mente” (cf. *Essay* II xx 1). Exemplos de ideias simples são: movimento, doçura, vontade... Por outro lado,

⁴² Segundo Quine (2008, p. 59), “a ideia mais central de Locke é a ideia da própria ideia. [...] Locke demonstrou uma tendência persistente para mentalizar, ou subjetivar, as coisas que na tradição aristotélica haviam sido consideradas essências reais.”

embora não possamos criar ou destruir ideias simples, podemos fazê-lo com as ideias complexas, pois seus elementos podem ser (de)compostos infinitamente (cf. II xii 1-6). A ideia de água, por exemplo, que é complexa, pode ser decomposta nas ideias de líquido, transparente, inodoro... Assim, embora a mente seja *passiva* a respeito das ideias simples, é *ativa* a respeito das ideias complexas (cf. *Essay* II xii 1).

Tendo em vista como Locke concebe o conceito de ideia e seus tipos (simples e complexas, de sensação ou de reflexão), passo agora para o conceito de conhecimento. No Livro IV do *Essay*, quando trata especificamente de conhecimento proposicional, Locke começa lembrando que “a mente, em todos os seus pensamentos e raciocínios, não tem outro objeto imediato senão suas próprias ideias” (IV i 1). Então, ainda no começo do livro IV, Locke define conhecimento proposicional como a “percepção da conexão e concordância, ou discordância e incompatibilidade, entre nossas ideias” e procede enfatizando que “onde houver essa percepção [entre ideias], há conhecimento, e onde não houver, mesmo que possamos imaginar, supor ou acreditar, nunca alcançamos o conhecimento” (IV i 2). De acordo com essa definição de conhecimento proposicional oferecida por Locke, que está alinhada com a concepção clássica de conhecimento (*episteme*), conhecimento *mesmo* só podemos ter a respeito de ideias que relacionamos intelectualmente, *a priori*, pela percepção de concordância ou discordância entre elas. Esse tipo de empirismo, que poderíamos caracterizar como ‘fenomênico’ ou ‘idealista’, concebe nossa experiência como fonte primária de conhecimento e “são os conceitos, ou ideias, que estão, individualmente, conectados à experiência” (Chibeni, 2005, p. 21)⁴³.

Tendo em vista sua definição de conhecimento, Locke (IV i 3) classifica quatro tipos distintos de concordância ou discordância de ideias, ou seja, quatro tipos de conhecimento possíveis: (i) identidade ou diversidade, (ii) relação, (iii) coexistência ou conexão necessária, e (iv) existência real. De acordo com Locke (cf. *Essay* IV i 7), os tipos (i) e (iii) de conhecimento podem ser interpretados como subtipos do tipo (ii) de conhecimento, o conhecimento de relações entre ideias. Brevemente, o tipo (i) de conhecimento, que hoje em dia poderíamos chamar de ‘analítico’, inclui proposições como “branco é branco” e “redondo não é quadrado”

⁴³ É por isso que Edward Stillingfleet — o bispo de Worcester, com quem Locke trocava correspondências durante a redação de seu *Essay* —, interpreta, criticamente, a epistemologia lockeana como tomando “*the way of ideas*” (AYERS, 1991, p. 14). Embora a definição de conhecimento proposicional proposta por Locke em IV i 2 de fato entre em tensão com seu rótulo ordinário de ‘empirista’ — já que Locke atribui ênfase nas ideias e não na experiência propriamente dita quando busca explicar o processo pelo qual adquirimos conhecimento —, as ideias estão, na epistemologia lockeana, diretamente relacionadas com a experiência do sujeito cognoscente. Desse modo, podemos, sim, chamá-lo apropriadamente de ‘empirista’, desde que com as devidas ressalvas e considerações acerca das especificidades do empirismo adotado por Locke. Não é de se surpreender que seja necessário pontuar ressalvas quanto ao seu rótulo de empirista, se ele é o primeiro dos empiristas a sistematizar uma epistemologia a partir desse princípio.

(cf. *Essay* IV i 4); o tipo (ii) de conhecimento, que genericamente consiste na “percepção da Relação entre quaisquer duas Ideias, de qualquer tipo que sejam, sejam Substâncias, Modos ou outras” (IV i 5), inclui proposições como “a soma dos ângulos internos de um triângulo equivale a dois ângulos retos” (cf. *Essay* IV i 2); e, por fim, o tipo (iii) de conhecimento, o de coexistência ou conexão necessária entre ideias, “pertence particularmente às Substâncias” (IV i 6) e inclui proposições do tipo “o ouro não queima” (cf. *Essay* II xxiii 10; IV vi 8-9, xii 9). Os dois primeiros tipos de conhecimento se encaixam bem na definição de conhecimento precedente, e o terceiro tipo parece se encaixar bem também, pelo menos a princípio, embora possua uma série de especificidades problemáticas sobre as quais tratarei adiante. O quarto tipo de conhecimento, no entanto, o da existência real, não se conforma bem com a definição de conhecimento como percepção da concordância ou discordância entre ideias oferecida anteriormente em IV i 2 do *Essay*.

Locke tenta acomodar a existência real dentro de sua definição inicial de conhecimento, afirmando que a existência real atual concorda com qualquer ideia: "o quarto e último tipo é o da existência real atual e concorda com qualquer Ideia" (IV i 7). No entanto, de acordo com Chibeni (2005, p. 22) essa inclusão é artificial, uma vez que a existência real não é estritamente uma forma de concordância ou discordância de ideias: “é evidente pela análise geral do *Essay* que o que levou Locke a uma ampliação tão efetiva de seu conceito de conhecimento [previamente definido] foi o desejo de evitar uma posição em conflito com o senso comum [de seu tempo], ou seja, o idealismo.” Conhecimento de existência real à rigor não é conhecimento, considerando a definição de IV i 2, porque depende não da relação entre ideias propriamente dita, mas sim da relação entre uma ideia e um objeto correspondente no mundo real, e não podemos acessar o “mundo real” senão mediante as ideias. Isso parece nos conduzir à conclusão de que não podemos conhecer *mesmo* a existência real de nenhuma entidade; no entanto, Locke ressalta duas exceções a essa regra.

Os modos pelos quais podemos adquirir conhecimento, os chamados “graus de conhecimento” (IV ii), são três: (i) *pela intuição*, (ii) *pela razão* e (iii) *pela sensação*, e “a existência das coisas só pode ser conhecida pela experiência” (IV iii 31). Enquanto o conhecimento intuitivo e o conhecimento demonstrativo são *a priori* — e portanto asseguram certeza e universalidade, pois seguem a rigor a definição de conhecimento como acordo ou desacordo entre ideias —, o conhecimento sensorial da existência real é *a posteriori*, pois baseia-se na percepção direta, atual e singular, de substâncias (cf. IV ii 14). O conhecimento sensitivo não se estende para além do que está presente aos nossos sentidos e por isso é mais limitado que a intuição e a demonstração, embora *passse* pelo nome de ‘conhecimento’ (cf. *Essay*

IV ii 14, iii 5 e 21). A não ser em dois casos excepcionais, o caso de Deus e do Eu, cujo conhecimento da existência é, para Locke, demonstrativo e intuitivo, respectivamente (cf. IV iii 21), não podemos conhecer com certeza, pela via das ideias, a existência real de uma entidade qualquer, pois só temos acesso à ideia que a representa. Só podemos perceber com certeza a existência real por meio da percepção sensorial atual, e quando deixamos de perceber um objeto, imediatamente deixamos de ter certeza que ele existe.

3. Substâncias e seus atributos

As ideias complexas podem ser categorizadas em *substâncias* e *modos* (cf. *Essay* II xii 3). As ideias de *modos* representam atributos cuja existência depende das substâncias. Alguns exemplos de modos são: triângulos, gratidão e assassinato. O triângulo é um modo, pois triângulos não existem por si só na natureza; triângulos são, na verdade, uma abstração da *triangulidade*, ou seja, a propriedade de ser triangular, que pode estar atribuída a diversos sujeitos distintos em circunstâncias distintas. Gratidão, por sua vez, depende de um sujeito para existir, e o mesmo a respeito do assassinato: não há assassinato sem um assassino e sem uma vítima, e não há gratidão sem que alguém esteja grato por algo (cf. *Essay* II xii 4). Visto isso, Locke distingue dois tipos de modos (II xii 5): os simples, que são variações de uma única ideia simples (como uma dúzia), e os mistos, que combinam várias ideias simples de diferentes tipos (como a beleza). Uma dúzia é uma única propriedade (no caso, quantitativa) a respeito de algum substantivo contável qualquer, e a beleza, embora também seja uma propriedade, reúne uma série de propriedades variáveis de acordo com o sujeito e as circunstâncias.

Ideias de *substâncias*, por sua vez, representam entidades particulares distintas que supomos que existem por si mesmas, e atuam como sujeitos aos quais se atribui os modos – embora essa definição seja reconhecidamente bastante vaga e confusa. Por exemplo (LOCKE, *Essay* II xii 6), “uma combinação das Ideias de um certo tipo de Figura, com os poderes de Movimento, Pensamento e Raciocínio, unidos à Substância, constitui a ideia comum de um Homem.” A ideia confusa de substância é o primeiro e mais importante componente da ideia complexa, pois unifica coerentemente os modos a ela atribuídos e que, se articulados, capturam sua essência (cf. *Essay* II xii 6). Em adendo, Locke critica o obscurantismo subjacente a esse conceito bastante tradicional na história da filosofia, embora não o rejeite em absoluto – pelo contrário, ele o incorpora em sua epistemologia, ainda que com ressalvas. Locke permanece usando o conceito de substância para designar as entidades que unificam coerente e

articuladamente os modos, e para especular sobre a natureza dos seres, sem, no entanto, se comprometer com a tese de que substâncias de fato existem. De acordo com Chibeni (2007), na epistemologia lockeana, a tese de que a substância é real se situa no campo da hipótese, pois não pode ser provada falsa nem verdadeira e é, portanto, uma especulação que deve ser avaliada em termos explanatórios e em comparação com suas teses rivais. Assim, só podemos conhecer as substâncias por meio de uma série de inferências que tornam nossas teses mais plausíveis, mas nunca conhecê-las de maneira final e definitiva, pois não temos acesso direto a elas, apenas mediado pelas ideias.

Tendo em vista a definição de conhecimento (cf. IV i 2), o domínio das substâncias é inteiramente incerto para o nosso entendimento, pois não somos capazes de alcançar certeza plena das substâncias. A esse domínio atribuímos o conhecimento de coexistência ou conexão necessária, cuja extensão “é muito curta, embora nisso consista a maior parte de nosso conhecimento sobre substâncias” (IV iii 9). O conhecimento de coexistência ou conexão necessária que podemos ter, de acordo com Locke, é “muito limitado e quase inexistente” (IV iii 10), para não dizer ‘nulo’. Esse posicionamento reticente de Locke a respeito da nossa capacidade de conhecer as substâncias não é surpreendente, pois, como já havia sido previamente discutido no *Essay*, a ideia de substância já é confusa por si só (cf. II xii 6), embora possua um papel importante na sua epistemologia por articular coerentemente em uma única estrutura as qualidades de uma entidade. Locke argumenta que, no caso das substâncias, as suas *essências reais*, que são “as constituições internas e a verdadeira natureza das coisas” (III xxiii 32), são completamente incognoscíveis, de tal sorte que “nenhuma proposição de coexistência de espécies de substâncias pode ser conhecida, se for entendida como referindo-se às suas essências reais” (Chibeni, 2005, p. 24)⁴⁴.

Como já foi previamente estabelecido, não temos acesso direto às substâncias, apenas acesso indireto mediado pelas ideias, e, portanto, não somos capazes de conceber a estrutura interna das substâncias em si mesmas (cf. *Essay* III iii 15-18). Nossa única esperança de obter algum conhecimento de coexistência ou conexão necessária entre ideias de substâncias seria recorrer às suas essências nominais, que são coleções de ideias simples que consideramos, arbitrariamente, como constituindo as ideias complexas desses tipos de coisas. Lembremos rapidamente – sem entrar nos detalhes dessa distinção entre essências – que o uso da *essência*

⁴⁴ As essências reais podem ser atribuídas a indivíduos e, por extensão, a espécies de indivíduos, ao passo que as “essências nominais, por outro lado, são definidas apenas para espécies, como sendo simplesmente as ideias abstratas que livremente estabelecemos para representar os indivíduos da espécie indistintamente” (Chibeni, 2007, p. 178). Não temos acesso a essências reais, apenas às nominais, pois as qualidades primárias da estrutura diminuta dos corpos, que produzem as qualidades secundárias que percebemos, são imperceptíveis (cf. III xxiii 32).

nominal, que é uma ideia abstrata que atribuímos a um nome específico, nos permite determinar se um ser particular é ou não da espécie correspondente a essa essência, com base em propriedades observáveis e características gerais associadas à espécie (cf. *Essay* III vi 6-11, 43-51). No entanto, mesmo ao considerar as essências nominais como base para o conhecimento das substâncias, Locke aponta para um obstáculo adicional: essências nominais não fornecem percepção de conexões ou repugnâncias necessárias em ideias de substâncias — exceto em casos excepcionais que são, na maioria das vezes, irrelevantes. Vejamos que casos são esses.

Em grande medida, nosso conhecimento certo e universal de substâncias se restringe a *proposições analíticas*, isto é, proposições cujo “predicado faz parte da essência nominal do sujeito” (Chibeni, 2005, p. 27). Essas proposições analíticas são as (i) baseadas na contraditoriedade entre as ideias que as compõem, e (ii) que enunciam apenas a significação das palavras que as compõem. Proposições do tipo (i) e (ii) são triviais e irrelevantes, pelo menos para a filosofia natural, pois ou enunciam afirmações do tipo “nenhum quadrado é redondo” ou do tipo “todo ser humano é animal”, respectivamente (cf. *Essay* IV viii) — o que é pouco informativo, na maioria dos casos. Além das proposições analíticas, há duas proposições que expressam conexão entre qualidades primárias de substâncias, os únicos dois exemplos apresentados por Locke de conexão necessária em substâncias concebível pelo entendimento humano: *forma implica extensão e movimento implica solidez* (cf. *Essay* IV iii 14). Portanto, a não ser essas poucas exceções que são, em grande medida, irrelevantes, o conhecimento de leis da filosofia natural (como “o ouro é fixo”) e outras proposições “instrutivas” (IV iii 26) que usamos no cotidiano (como “o fogo queima”), cujo sujeito é uma substância, está além do alcance do conhecimento certo obtido por meio da análise de relações entre ideias de modos e de substâncias.

Podemos ilustrar o impacto da conclusão de Locke acerca da extrema limitação do nosso entendimento acerca das substâncias na filosofia natural considerando o exemplo do ouro. Não sabemos e não poderíamos saber com certeza inequívoca que “o ouro é fixo” (cf. *Essay* IV vi 8-9), pois não somos capazes de conceber a essência real do ouro, como foi previamente estabelecido, e a sua essência nominal — digamos, “uma ideia complexa de um corpo de certa cor amarela, maleável, fusível e pesado em alto grau” (Chibeni, 2005, p. 27) — não tem nenhuma conexão necessária descobrível com a ideia de fixidez. Essa constatação parece nos conduzir a um ceticismo, pois a filosofia natural parece estar sendo rebaixada a uma disciplina incapaz de produzir conhecimento certo e universal. Para a vida cotidiana, a limitação do nosso entendimento acerca das substâncias implica que, por exemplo, “não podemos afirmar com certeza que todos os homens dormem em intervalos; que nenhum homem pode ser alimentado

por madeira ou pedras; que todos os homens serão envenenados por cicuta” ... Essas ideias todas “não têm conexão nem contradição com a nossa essência nominal do homem, com a ideia abstrata que o nome representa” (IV vi 15).

4. Qualidades primárias e secundárias

Com o auxílio da distinção entre qualidades primárias e secundárias subjacente à “hipótese corpuscular” (IV iii 16), paradigmática durante toda a modernidade como sistema metafísico entre os filósofos da natureza mais proeminentes⁴⁵, Locke delimita três casos que cobrem todas as possibilidades em que poderíamos conhecer proposições de coexistência ou conexão necessária em substâncias para então avaliar nossa capacidade de conhecer esse domínio proposicional. Poderíamos conhecer relações necessárias entre (i) qualidades primárias, (ii) qualidades secundárias, e (iii) qualidades primárias e secundárias. Para compreender essas relações necessárias, explico primeiro o que são qualidades, qualidades primárias e qualidades secundárias.

Qualidade é uma qualidade sensorial, que consiste no poder de um objeto em causar essas percepções em nós, de tal sorte que a ideia de sensação pode ser caracterizada como a representação mental de uma qualidade sensorial pertencente a um objeto externo à mente que o percebe. As qualidades sensoriais são propriedades físicas dos objetos, enquanto as ideias são as percepções internas dos sujeitos, que surgem a partir da interação desses sujeitos com essas propriedades: ideias nas mentes, qualidades nos corpos. Locke enfatiza (II viii 8) que essas ideias não são meramente cópias daquilo que está presente no objeto, mas sim a forma específica pela qual percebemos essas qualidades sensoriais. Desse modo, ao passo que uma bola de neve tem o poder de causar em nós as ideias de brancura, frieza e esfericidade, nós temos o poder de representar mentalmente essas propriedades da bola de neve.

As qualidades primárias são aquelas que são inseparáveis do corpo e que sempre o acompanham, independentemente da forma como ele é modificado: elas são “totalmente inseparáveis dos corpos, em qualquer estado que estejam” (II viii 9). Essas qualidades são limitadas em número: solidez, extensão, forma, mobilidade (movimento/repouso), número, tamanho e textura (cf. II viii 9, 10 e 23). As qualidades primárias são consideradas *objetivas*, pertencentes ao objeto considerado em si mesmo, abstraído de seu contexto, pois essas qualidades dos objetos existem independentemente da mente que as percebe e

⁴⁵ Trata-se, de fato, de uma *hipótese*.

independentemente de qualquer modificação física possível em sua estrutura. Por exemplo (cf. II viii 9), mesmo que dividamos uma bola de neve até o limite da nossa capacidade, ainda não teremos retirado dela suas qualidades primárias, embora possamos ter retirado dela, nesse processo, suas qualidades secundárias.

As qualidades secundárias, por sua vez, não são inerentes ao corpo, mas são *causadas* por ele. Elas surgem na mente humana na forma de ideias como resultado da interação entre as qualidades primárias das partes diminutas, imperceptíveis, dos objetos e os órgãos dos sentidos (cf. *Essay* II viii 10). As qualidades secundárias são consideradas *parcialmente subjetivas*, pois são criadas pela mente humana *em relação* às qualidades primárias dos objetos externos. Ou seja, embora as qualidades secundárias dependam da percepção de um sujeito, elas não são *puramente* subjetivas, pois dependem também das qualidades primárias do objeto. Algumas qualidades secundárias incluem cores, sons, sabores e odores. São exemplos de qualidades secundárias: a cor de um lápis, o som de uma buzina e o sabor do chocolate. Locke (II viii 12-17) sugere que as ideias das qualidades secundárias são produzidas pela operação de partículas extremamente pequenas que afetam nossos órgãos sensoriais, e que diferentes movimentos e figuras dessas partículas produzem diferentes sensações em nós. Por exemplo (cf. II viii 13), uma violeta produz a ideia de cor azul e um aroma doce em nossas mentes devido ao impacto dessas partículas de matéria de figuras e tamanhos peculiares em nossos órgãos sensoriais. Assim, para Locke (II viii 14-16), as ideias que temos das qualidades primárias dos objetos são semelhantes aos objetos em si, enquanto as ideias das qualidades secundárias não são semelhantes aos objetos em si, mas são apenas poderes dos objetos para produzir sensações em nós. Assim, as ideias das qualidades secundárias não se assemelham aos objetos em si, mas são apenas uma representação dos poderes dos objetos de produzir sensações em nossas mentes. O que percebemos como doce, azul ou quente em nossas ideias é na verdade o certo volume, figura e movimento dos objetos. Assim, volume, número, figura e mobilidade estão realmente nos objetos, independentemente de alguém percebê-los, mas o calor ou a doçura não estão mais nos objetos do que a dor está no fogo (cf. II viii 17).

Tendo em vista as distinções acima, voltemos aos argumentos de Locke quanto à possibilidade de conhecer proposições de coexistência ou conexão necessária em substâncias. Locke delimita três casos que cobrem todas as possibilidades: poderíamos conhecer relações necessárias entre (i) qualidades primárias, (ii) qualidades secundárias, e (iii) qualidades primárias e secundárias. Sobre a possibilidade (i) de conhecimento de substâncias pela via das ideias, o conhecimento de conexão necessária entre qualidades primárias, Locke apresenta apenas dois exemplos desse tipo ao longo de todo *Essay* (cf. IV iii 14) — Deus e o Eu. Agora,

concentrando-me nos casos (ii) e (iii), conexões necessárias entre qualidades primárias e secundárias são inconcebíveis pelo entendimento humano (cf. *Essay* IV iii 12, vi 14), embora suponhamos que essas conexões existam (cf. *Essay* IV iii 28-29), haja vista que a hipótese corpuscular postula que as qualidades secundárias emanam das qualidades primárias dos corpos (cf. *Essay* IV iii 11). Conexões necessárias entre idéias de qualidades secundárias são, portanto, inconcebíveis também, e pelo mesmo motivo: só seríamos capazes de conhecer conexões necessárias entre qualidades secundárias se conhecêssemos as qualidades primárias, pois as qualidades secundárias emanam das qualidades primárias, e não somos capazes de conceber as qualidades primárias, tampouco a relação entre elas e as secundárias (cf. *Essay* IV iii 12). Ora, se “não há nenhuma conexão detectável entre qualquer qualidade secundária e aquelas qualidades primárias das quais depende” (*Essay* IV iii 12), então “nunca poderemos estabelecer regras certas e indubitáveis, da consequência ou coexistência de quaisquer qualidades secundárias” (IV iii 13).

Enfim, Locke argumenta que, embora qualidades primárias sejam perceptíveis (por exemplo, a forma de uma mesa ou o movimento de uma bola de bilhar), a estrutura diminuta dos corpos, cujas qualidades primárias seriam, na hipótese corpuscular, responsáveis pelas qualidades secundárias dos corpos, são imperceptíveis. E, além disso, mesmo que tivéssemos acesso às propriedades primárias da estrutura diminuta das substâncias, não teríamos como estabelecer com certeza qual a relação dessas qualidades primárias e as secundárias que percebemos, tampouco qual a relação entre as qualidades secundárias. Assim, concluí-se que somos em grande medida incapazes de conhecer as substâncias, pois, segundo Locke (*Essay* IV vi 10), entre todas as qualidades secundárias das substâncias e os poderes relacionados a elas, “não pode ser nomeado qualquer par cuja coexistência necessária ou repugnância em coexistir possa ser conhecida com certeza [...]”. Nesse cenário desolador, em que nosso conhecimento de substâncias parece profundamente fragilizado, é fácil cair num ceticismo paralisante. Devemos desistir do conhecimento frente a essas conclusões tão incisivas quanto aos limites do nosso entendimento?

5. Os limites do conhecimento

Em vez de se deixar levar pelo rumo cético que esses argumentos vinham tomando, Locke, “pressionado pelo bom senso, violou pela segunda vez seu empirismo de ideias [...]” (Chibeni, 2005, p. 28). Tendo já visto que a primeira concessão foi o tipo de conhecimento de

existência real, abordo agora a segunda concessão feita por Locke em relação à sua definição de conhecimento proposicional. Em seu *Essay*, Locke atribui à experiência não apenas o papel fundamental de fonte de ideias, mas também um papel adicional importante de fonte de conhecimento proposicional direto, o “conhecimento sensível da coexistência” (IV iii 29). Essa forma de conhecimento, que “amplia o significado da expressão anteriormente introduzida para designar o conhecimento da existência real de seres materiais” Chibeni, 2005, pp. 28-29). Essa ruptura com sua definição de conhecimento como relação entre ideias representa sua tentativa de evitar o rumo cético que levava sua argumentação sobre as severas limitações do entendimento humano quanto às substâncias. Alargando novamente sua noção de conhecimento para fazer caber as substâncias, temos não apenas “Conhecimento Sensível da Existência Particular” que, na verdade, apenas “passa sob o nome de Conhecimento” (IV ii 14), mas também temos conhecimento certo, embora sensível e particular, da coexistência em substâncias (cf. *Essay* IV iii 29; vi 4-10)⁴⁶. Essa concessão é importante para todo o programa empirista.

De acordo com Locke (IV iii 14), nosso conhecimento em todas essas investigações sobre as substâncias “não alcança muito além de nossa experiência. [...] E só podemos contar com a ajuda de nossos sentidos para nos revelar quais qualidades eles contêm”, visto que a via das ideias não dá conta de expressar coexistência ou conexão necessária em substâncias. No entanto, coexistência só pode ser conhecida na medida em que é percebida, “e só pode ser percebida ou em sujeitos particulares, pela observação de nossos sentidos, ou de forma geral, pela conexão necessária das idéias em si mesmas” (IV iii 14). A via das ideias não funciona no caso das substâncias e, portanto, só nos resta a da observação. Ou seja, “[...] somos deixados apenas com a observação e o experimento: que, por mais limitados e restritos que sejam, e quão distantes do conhecimento geral estejam, não precisamos ser informados” (IV iii 28). Restamos, portanto, apenas conhecimento “experimental” (IV iii 29) das conexões necessárias em substâncias. Se seguirmos a via da experimentação para conhecer as substâncias, devemos abrir mão ou da certeza ou da universalidade. Todo conhecimento universal que a experiência pode fornecer, por mais provável que seja, não é conhecimento certo, pois “a probabilidade mais alta não chega à certeza; sem a qual não pode haver conhecimento verdadeiro” (IV iii 14). Locke opta por abrir mão da universalidade, preservando a certeza. Por exemplo: temos certeza que este ouro *aqui*, que estamos analisando e observando *agora*, é fixo, mas não esse tipo de coisa

⁴⁶ No caso do conhecimento sensível de existência real introduzido em IV i 3, esse tipo de conhecimento vai “além da mera probabilidade” (*Essay* IV ii 14), mas ainda não alcança a certeza que concedem a intuição e a demonstração.

que chamamos de ‘ouro’ é fixo; temos certeza que *esta* água ferve a 100 C°, mas não que *toda* água; temos certeza que *este* humano é mortal, mas não que todo humano... Nesse sentido, Locke conclui que seria inútil buscar uma ciência que produz conhecimento certo e universal das substâncias (cf. *Essay* IV iii 29).

No entanto, apesar do reconhecimento dessas severas limitações do nosso entendimento acerca das substâncias, que ocupam um papel central na filosofia natural, Locke mais uma vez não adota uma postura derrotista: ele está disposto a relaxar seus princípios epistemológicos e se mover “em direção ao senso comum” (Chibeni, 2005, p. 31). Locke não desvaloriza o estudo da natureza; pelo contrário. Ele apenas alerta para não nos deixarmos possuídos pela expectativa de conhecimento certo onde não pode ser obtido (cf. *Essay* IV xii 12). Para finalizar, recupero a bela metáfora de Locke a esse respeito, apresentada já no primeiro capítulo do primeiro livro do *Essay* (I i 5): embora de alcance limitado, “a vela que está acesa em nós brilha o suficiente para todos os nossos propósitos”. Basta que com a parca luz que dispomos consigamos evitar tropeçar no curso da nossa caminhada para justificar nosso apreço por ela. Sigamos à luz de velas.

6. Conclusão

Locke denuncia as limitações do conhecimento humano, mas vê nelas uma oportunidade para o progresso, não um obstáculo intransponível. Embora o conhecimento certo e universal do mundo esteja além de nosso alcance cognitivo, podemos obter o suficiente para orientar nossas ações, desde que aceitemos a necessidade de permanente revisão das nossas crenças à luz de novas experiências. O conhecimento disponível ainda serve a todos os nossos propósitos — assim como uma vela na escuridão, que não ilumina todos os arredores, mas ainda sim nos ajuda a evitar tropeçar. Enfim, Locke, com suas reservas céticas sobre o entendimento humano, estabelece os fundamentos do empirismo, que são continuados e aprofundados por seus sucessores, sobretudo por Hume, pelos positivistas lógicos e, mais recentemente, pelos naturalistas epistemológicos. Dentre todos, paira unânime o acordo (empirista por excelência!) de que não há ciência sem revisão nem conhecimento sem experiência.

REFERÊNCIAS

AYERS, Michael. *Locke*. 1991. (2 volumes em 1). London: Routledge.

CHIBENI, Silvio Seno. Locke e o materialismo. Em MORAES, J. Q. K. (Org.) *Materialismo e Evolucionismo*, coleção CLE, v. 47, pp. 163-192, 2007. Disponível em: <https://unicamp.br/~chibeni/public/lockeomaterialismo.pdf>

CHIBENI, Silvio Seno. Locke on the epistemological Status of scientific laws. *Principia* 9 (1–2), Florianópolis, pp. 19–41, 2005. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>

LOCKE, John. *An Essay concerning Human Understanding*. P. H. Nidditch (ed.). Oxford: Clarendon Press, 1975.

QUINE, Willard van Orman. *Confessions of a Confirmed Extensionalist and Other Essays*.

Edited by Dagfinn Føllesdal Douglas B. Quine. Harvard University Press Cambridge, Massachusetts London, England, 2008.